

Caracterização e classificação de produtos cosméticos no Brasil

ENCOSM 2026 | 10 de junho de 2026



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Como os produtos cosméticos são classificados no Brasil e por que isso importa para a segurança do consumidor?

O que é um produto cosmético?

Preparações de uso externo destinadas a limpar, perfumar, alterar aparência, proteger ou manter em bom estado



Produtos cosméticos – Uso Externo

Não podem ser:

INALADOS



Não são produtos para inalação.
Podem causar irritações e danos às vias respiratórias.

INGERIDOS



Não são alimentos.
Podem causar náuseas, vômitos, intoxicações e outros danos à saúde.

IMPLANTADOS



Não são dispositivos médicos.
Não devem ser inseridos no corpo.

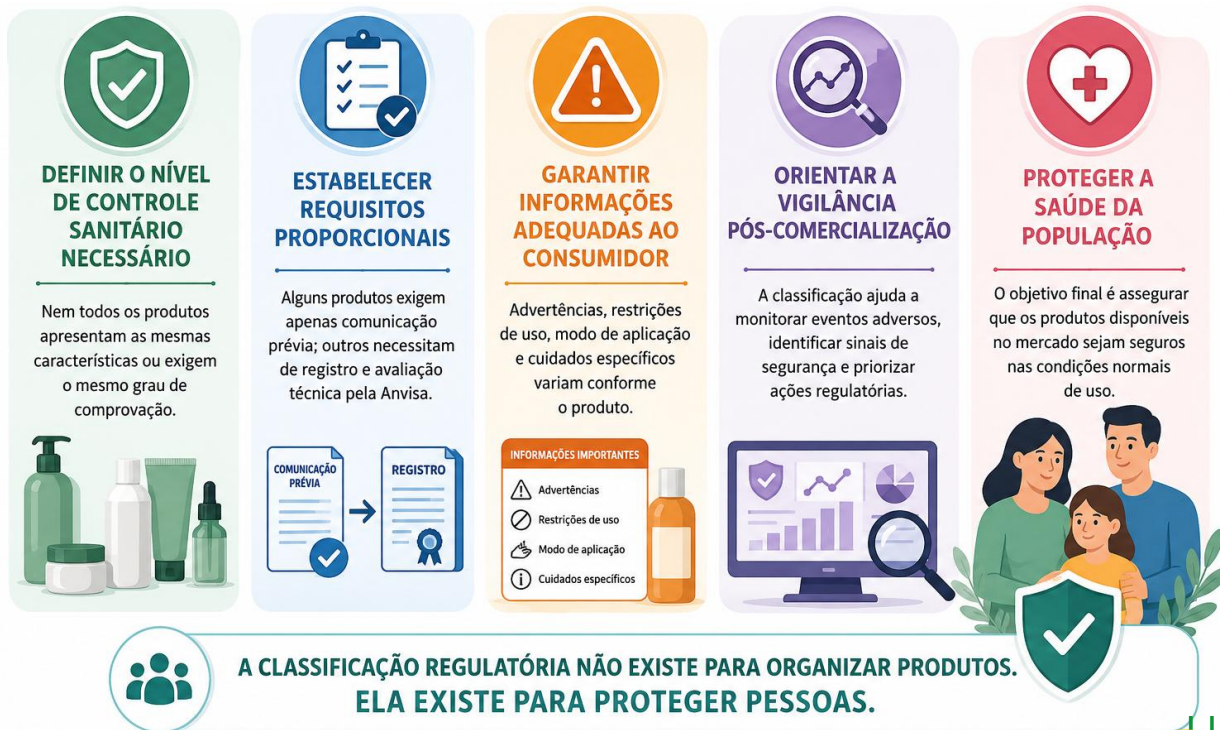
INJETADOS



Não são medicamentos.
Não devem ser injetados.
Risco de infecções, reações graves e complicações sérias.

Como os produtos cosméticos são classificados no Brasil e por que isso importa para a segurança do consumidor?

Porque produtos diferentes exigem níveis diferentes de proteção sanitária: classificação permite



Classificação de produtos cosméticos no Brasil - RDC 907/2024 (alterações pela RDC 949/2024)

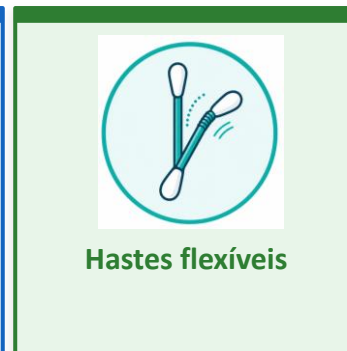


Aspecto	Grau 1	Grau 2
Critério normativo	Funções cosméticas básicas ou elementares	Indicações específicas – exigindo maior sustentação regulatória
Comprovação	Comprovação mantida pela empresa, sem avaliação prévia da Anvisa	Segurança e/ou eficácia obrigatória
Modo de usar / restrições	Não requer informações detalhadas	Exige informações, cuidados e restrições
Regularização	Comunicação prévia (todos os Grau 1 — Art. 35)	Comunicação prévia (maioria) Registro apenas para 9 grupos do Art. 34
Quem exige registro?	—	Protetor solar, repelente, alisante, bronzeador, gel antisséptico (Art. 34)
Base normativa	RDC nº 907/2024 (Anexo I – Lista I)	RDC nº 907/2024 (Anexo I – Lista II)
Exemplos típicos	Hidratante, xampu simples, perfume, batom	Tintura capilar, antitranspirante, clareador de pele, dentífrico anticárie

Regularização: Comunicação prévia vs Registro



Produtos de higiene pessoal descartáveis: RDC 642/2022



Mesmo produtos aparentemente simples podem gerar eventos adversos e necessitam vigilância sanitária

Por que um protetor solar precisa de mais controle que um xampu?

Eficácia crítica



Falha no FPS gera falsa sensação de proteção — o consumidor fica exposto sem saber

Risco coletivo



Exposição solar excessiva aumenta incidência de câncer de pele — falha do produto tem impacto populacional

Formulação complexa



Filtros UV têm mecanismo de ação específico — exigem comprovação de estabilidade e concentração

Eventos adversos graves



Reações fotoalérgicas, queimaduras, dermatites - comprovação prévia reduz o risco no mundo real



O que o rótulo NÃO pode afirmar

✗ Alegações terapêuticas

O cosmético não pode alegar tratamento, cura ou prevenção de doenças

✗ Propriedade desinfecção ou esterilizante

Produtos cosméticos não podem alegar eliminação total de microrganismos ou ação esterilizante. Exemplos: Elimina 100% dos germes, esteriliza a pele

✗ Eliminação ou extermínio de insetos

Cosméticos não podem alegar matar ou exterminar insetos

✗ Informações enganosas

O rótulo não pode induzir o consumidor a erro quanto: composição, finalidade, segurança ou natureza do produto

✗ Forma física distinta

O produto comercializado deve corresponder à forma declarada no processo de regularização junto à Anvisa

COSMETOVIGILÂNCIA

Classificação de produtos cosméticos evolui continuamente para acompanhar a inovação, a experiência de uso e as necessidades de proteção da saúde da população

MUITO OBRIGADO!



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária